

Por Cláudio Magnavita *

Começa o ano e os boletos de taxas chegam. Uma verdadeira enxurrada: IPTU, IPVA, seguros, Matrícula de Escolas e o boleto da Taxa de Incêndio. Este último, geralmente, transvestida de ação de cidadania. Como é relativamente pequeno — R\$ 44,66 para imóveis de até 50m² residenciais e R\$ 89,32 para comerciais, ou ainda, R\$ 111,60 (residencial) e 133,93 (comercial) para até 80 m² — é pago sem maiores discussões. Até 500m² o valor é R\$ 1.250,08 e até 1.000 m², R\$ 2.232,32. Elas passam despercebidas.

■O grande problema é a falta de transparência e ausência de prestação de contas anuais de como é utilizada a arrecadação. O último dado público disponível é de 2010, quando o fundo arrecadou R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões). Com as correções e novos mecanismos de cobrança, esta cifra disparou. A estimativa é que em 2026 ela ultrapasse R\$ 800 milhões e queça a barreira de R\$ 1 bilhão.

■Em março de 2025, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a constitucionalidade da taxa no Rio de Janeiro, o que estabilizou o fluxo de caixa do fundo, que havia sido ameaçado por decisões judiciais anteriores. Os tributaristas acreditam que em 2026 haverá o recorde dos recordes, e que a taxa possa ultrapassar os R\$ 2 bilhões.

■A falta de transparência é do Corpo de Bombeiro (CBMERJ), único responsável pelas arrecadações e gestão desta fortuna, através do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros (Funesbom). Quem entra no seu site, <https://www.funesbom.rj.gov.br>, vai descobrir como pagar, como emitir boletos, como emitir certidões de quitação, tudo voltado a arrecadar. O esforço absoluto é para fazer caixa (Imagem I). Não há uma única linha destinada à prestação de contas. Na aba transparência, a página que seria dedicada à receita total e como ela é gasta está fora do ar (imagem II).

Sociedade civil excluída
O contribuinte não tem voz e nem opina o uso do fundo. Ele é gasto exclusivamente por militares, sem nenhuma participação da sociedade civil, que é base da geração deste recurso bilionário. ■De acordo com a Portaria CBMERJ nº 1218/2023 e o Decreto Estadual nº 11.299/1988, o conselho é composto por membros natos da cúpula, tendo como presidente o Comandante-Geral do CBMERJ (atualmente o Cel BM Tarciso Antonio de Salles Junior). Como membros efetivos,

o Chefe do Estado-Maior Geral (atualmente o Cel BM Sarmento), o Diretor Geral de Finanças do CBMERJ e o Diretor Geral de Apoio Logístico do CBMERJ. As deliberações são deste grupo exclusivo, ou seja, como disse um coronel da reserva à coluna: “é a raposa tomando conta do galinheiro”. ■O decreto de 1988 foi assinado pelo governador Moreira Franco e a portaria 1218/2023 pelo então Comandante Geral, Coronel Leandro Monteiro. Como reza, o Decreto de 1988, o CONSAD,

será assessorado por um representante do Gabinete do Governador, dois representantes da Secretaria de Estado da Casa Civil, um representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, um representante da Secretaria de Estado de Defesa Civil, por indicação dos respectivos Titulares das Pastas. Cadê os representantes dos contribuintes ou da sociedade civil organizada, como a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB?



A caixa preta do bilionário Funesbom. As taxas de incêndio chegam anualmente e a prestação de contas não

Contribuintes e sociedade civil não opinam sobre gastos milionários do fundo, que são decididos por apenas quatro militares



Imagem I - Existe um espaço na página da transparência dedicada à Taxa de Incêndio



Imagem III- Espaço dedicado a cobrar a taxa, para uso do contribuinte, funciona perfeitamente



Imagem II - Só que a página não existe, ou seja, nenhuma informação sobre o uso taxa de incêndio

■Ficam fora também representantes dos poderes legislativos e dos poderes executivos municipais e do judiciário. Os prefeitos deveriam ter representantes, já que as decisões impactam o estado. Da mesma forma a Alerj: deveria ter assento. Ter representantes do Ministério Público e do Tribunal de Justiça daria total transparência, principalmente por mexer com o dinheiro público. ■Como consta no decreto, as demais pastas participam como assessoramento, sem nenhum poder deliberativo, e ainda serão remuneradas pela participação. ■O decreto e a portaria determinam: “a comprovação da participação em reunião, será efetuada por meio de registro em ata”. As atas não servem apenas para pagamento do JETON. Deveriam ser públicas, para o conhecimento do que fora decidido. Cadê elas? Na aba de transparência do site do Fundo, não existem. ■O CBMERJ emite alertas constantes sobre golpes envolvendo o envio de e-mails falsos e boletos fraudulentos. A recomendação oficial é sempre emitir a guia diretamente pelo site do Funesbom.

■Em anos anteriores, houve problemas massivos com mais de 900 mil boletos que apresentavam erros nos códigos de barras ou valores acima do descrito, gerando confusão e cobranças indevidas diretamente em contas bancárias. ■A emissão de milhares de boletos e a sua distribuição já é algo que merece transparência máxima pelos números envolvidos. Qual a empresa que foi contratada para as emissões e quem faz a distribuição? Informações que deveriam ser públicas. Legalmente, o montante arrecadado deve ser aplicado exclusivamente em reequipamento e modernização do CBMERJ; prevenção e combate a incêndios; buscas e salvamentos; e capacitação de pessoal técnico. ■As viagens internacionais anuais de dezenas (ou centenas) de bombeiros para visitas técnicas na Europa e Estados Unidos são pagas com a rubrica de capacitação. Alguém já viu um relatório sobre os gastos destas excursões ao exterior? ■Por que a existência desta Caixa Preta fechada a sete chaves com cifras (bi)milionárias? O mesmo empenho e eficiência em arrecadar deveria ser também para relatórios públicos e divulgados em balanço, através de coletivas de imprensa e publicação na mídia. ■Se a corporação já sofre com problemas de imagem com a existência de ex-oficiais no papel de empresários da área de licenciamentos, equipamentos e bombeiros civis como a mídia tem denunciado, porque continuar deixando que a decisão de gastos de uma verba tão bilionária fique restrita a quatro oficiais, sem a prestação de contas ao contribuinte e a sociedade civil organizada? Esta transparência ajudará a demonstrar que a capacitação chega também aos praças e suboficiais e não fique restrita a uma elite de dezenas de privilegiados, que fazem viagens ao exterior com o dinheiro do contribuinte. ■Quem for pagar, a partir de 02 de fevereiro, o boleto da taxa de incêndio, deve saber que estará entregando sua taxa a gestão destes quatro oficiais, que poderão usar da forma que quiserem nas rubricas indicadas e que não haverá relatório público destes gastos. ■O Governador Cláudio Castro deveria exigir que o atual comandante abra a caixa preta e que o Fundo publique no site e na mídia o balanço dos últimos anos. Além de tornar acessível as atas do Conselho.

*Diretor de Redação do Correio da Manhã